



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**TERMO ADITIVO Nº 06.**

**TERMO ADITIVO N. 06 AO CONTRATO TRE-RO N. 08/2018 (EVENTO [0301448](#))**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO SEI TRE-RO N. [0001556-82.2017.6.22.8000](#)**

**PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO N. 18/2018**

**SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRE-RO E A EMPRESA VENTOSUL ENGENHARIA TÉRMICA LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE E DO DEPÓSITO DE URNAS (ANEXO II) DO TRE-RO, DA MARCA MITSUBISHI, DO TIPO EXPANSÃO DIRETA VRF-MULTI-SPLIT, COMPREENDENDO, TAMBÉM, O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E, DE FORMA EXCEPCIONAL, O FORNECIMENTO DE PEÇAS NECESSÁRIAS À MANUTENÇÃO CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG **\*\*\*.893-SSP/RO** e do CPF **\*\*\*.106.849-\*\***, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **VENTOSUL ENGENHARIA TÉRMICA LTDA.** (anteriormente denominada J FECCHIO JUNIOR), inscrita no CNPJ sob o n. 24.485.960/0001-57, com sede na Avenida Governador Jorge Teixeira, nº 735 – Sala B, esquina com a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

rua Almirante Barroso – Bairro Nossa Senhora das Graças, CEP: 76.804-155, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, Telefone(s): (69) 3213-2448 / (69) 3219-2879 / (69) 98466-0000, E-mail(s): [ventosul.ro@gmail.com](mailto:ventosul.ro@gmail.com), neste ato representada pelo senhor **JOÃO FECCHIO JUNIOR**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG \*\*\*817/SSP-RO e do CPF \*\*\*.797.062-\*\*, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com a Autorização constante no DESPACHO Nº 888/ 2023 - PRES/DG/GABDG (evento [1041277](#)), de 02/08/2023, celebram, mediante acordo entre as partes, o presente Termo Aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

### **DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/1993)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo tem por objeto **prorrogar excepcionalmente por mais 4 (quatro) meses o prazo de vigência do Contrato TRE-RO n. 08/2018, contados a partir de 21/08/2023, com prazo final em 20/12/2023**, visando manter a continuidade da prestação dos serviços de manutenção objeto do contrato até a finalização do processo licitatório referente à nova contratação, o qual está em andamento, conforme informado pela unidade gestora na Manifestação 19/2023/SEMAP (evento [1037913](#) do Processo Administrativo respectivo).

**Subcláusula Primeira** – A Contratada anuiu com a prorrogação supramencionada, conforme consta no evento [1037907](#).

**Subcláusula Segunda** - Fica ressalvada a possibilidade de extinção antecipada do presente ajuste no caso do novo contrato ser assinado antes do prazo final da prorrogação excepcional registrada neste Termo Aditivo.

**Subcláusula Terceira** - O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

### **DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/1993)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O valor total estimado deste termo aditivo é de **R\$ 101.524,68** (cento e um mil quinhentos e vinte e quatro reais e sessenta e oito centavos).

**Subcláusula Primeira** – As despesas com a execução do presente aditivo correrão à conta do Orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Fonte de Recurso 0100000000, Natureza da Despesa 33.90.39, conforme Nota de Empenho 2023NE000158 - reforço, de 26/07/2023 (evento [1040011](#)), a ser reforçada novamente, caso necessário.

**Subcláusula Segunda** - O valor atualizado deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/1993 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário), é de R\$ 318.278,07 (conforme informado no inciso V da Apostila 02 (evento [0949564](#))).

**DA GARANTIA**

**(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/1993)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, a CONTRATADA obriga-se a apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste termo aditivo, renovação da GARANTIA CONTRATUAL, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/1993, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste aditivo, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/1993.

**Subcláusula única** – A apresentação da Garantia Contratual ora referida deverá atender as exigências da Cláusula Sexta do Contrato originário.

**DO FUNDAMENTO LEGAL**

**(Artigo 57 da Lei 8.666/1993)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA QUARTA** - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, inciso II, § 4º, da Lei n. 8.666/1993, e nas Cláusulas Segunda c/c Décima Sexta do contrato originário.

**DA RATIFICAÇÃO**

**CLÁUSULA QUINTA** - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário que não tenham sido alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores e o presente Termo Aditivo passa a fazer parte integrante do Contrato em referência, como se nele estivesse transcrito.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/1993)**

**CLÁUSULA SEXTA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o Presente Termo Aditivo assinado através do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, na presença das testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, agosto de 2023.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo Contratante	<b>JOÃO FECCHIO JUNIOR</b> Pela Contratada
Aldací Souza Mota CPF: ***.504.772-**	Fábia Maria dos Santos Silva CPF: ***.849.102-**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Testemunha	Testemunha
------------	------------

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO 06 AO CONTRATO TRE-RO N.  
08/2018****HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO****Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos  
aditivos/apostilas:**

<b>Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila</b>	<b>Percentual de acréscimo/supressão de aditivo/apostila em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/1993)</b>
Contrato n. 08/2018 (assinado em 20/06/2018) – Volume VI do PA (evento n. <a href="#">0301448</a> )  Vigência de 12 meses, a contar de 20/06/2018 até 20/06/2019.  Garantia: R\$ 12.620,40	R\$ 252.408,00	-
1º Termo Aditivo (assinado em 18/06/2019) – Volume IX do PA (evento n. <a href="#">0425444</a> )  I - Prorrogação por mais 24 meses, a contar de 21/06/2019 até 20/06/2021 (R\$ 252.408,00);  II – Alteração e exclusão de cláusulas sobre reajuste; e  III - Reajuste de 5.077%, a contar de 02 de maio de 2019 (R\$ 12.814,75).  Garantia: R\$ 26.522,27	R\$ 530.445,50	-
Apostila n. 1, assinada em 01/06/2021 – Volume XI do PA (evento n. <a href="#">0696316</a> ).  I - Reajuste de 2,40% referente ao	R\$ 11.217,58	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

acumulado do IPCA em abril/2019 a abril/2020, com efeito a contar de abril/2020. Garantia: R\$ 560,88.		
2º Termo Aditivo (assinado em 08/06/2021) – Volume XII do PA (evento n. <a href="#">0696317</a> ) I - Prorrogação por mais 24 meses, a contar de 21/06/2021 até 20/06/2023 Garantia: R\$ 27.083,15	R\$ 541.663,08	-
3º Termo Aditivo (assinado em 02/09/2021) – Volume XIII do PA (evento n. <a href="#">0734449</a> ) I - Reajuste de 6,76% referente ao acumulado do IPCA em maio/2020 a abril/2021, com efeito a contar de abril/2021 (R\$ 32.354,50); e II – Acréscimo de 5%, em face dos serviços descritos no evento 0629114 (R\$ 29.590,38). Garantia: R\$ 3.097,24.	R\$ 61.944,88	5%
Apostila n. 02 (assinada em 02/12/2022) – Volume XVI do PA (evento n. <a href="#">0949564</a> ) I - Reajuste de 12,13% referente ao acumulado do IPCA em maio/2021 a abril/2022, com efeito a contar de abril/2022. Garantia: R\$ 1.647,40.	R\$ 32.948,18	-
4º Termo Aditivo (assinado em 05/12/2022) – Volume XVI do PA (evento n. <a href="#">0949566</a> ) I - Registro de alteração do contrato social da empresa contratada.	-	-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Garantia: não se aplica.		
5º Termo Aditivo (assinado em 16/06/2023) – Volume XVIII do PA (evento n. <a href="#">1022035</a> ) I - Prorrogação Excepcional por mais 2 meses, a partir de 21/06/2023, com prazo final em 20/08/2023; e II - Inclusão de cláusula sobre a LGPD. (Garantia: R\$ 2.538,12)	R\$ 50.762,34	-
6º Termo Aditivo (assinado em 21/08/2023) – Volume XIX do PA (evento n. <a href="#">1044852</a> ) I - Prorrogação Excepcional por mais 4 meses, a partir de 21/08/2023, com prazo final em 20/12/2023. (Garantia: R\$ 5.076,23)	R\$ 101.524,68	-

\*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO FECCHIO JUNIOR, Usuário Externo**, em 08/08/2023, às 10:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 08/08/2023, às 12:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 08/08/2023, às 12:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 08/08/2023, às 17:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1044852** e o código CRC **E01CB54B**.

0001556-82.2017.6.22.8000

1044852v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0001556-82.2017.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Segunda Prorrogação Excepcional De Contrato - Termo Aditivo - Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 168 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSOFC**

**I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa **VENTOSUL ENGENHARIA TÉRMICA LTDA**, CNPJ 24.485.960/0001-57, para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, do sistema de climatização instalados nos prédios edifício-sede e do Depósito de Urnas (Anexo II) do TRE-RO, localizados em Porto Velho-RO, dimensionada para 12 (doze) meses, a partir de 20/06/2018, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no **Contrato Administrativo n. 08/2018 (0301448)**, atualmente em execução com termo final em 20/08/2023, conforme anotado na Cláusula Primeira do Termo Aditivo n. 05/2023 ([1022035](#)).

**02.** Por meio da Manifestação n. 19/2023 ([1037913](#)) a SEMAP submeteu ao Secretário da SAOFC a necessidade da prorrogação





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

excepcional do Contrato n.º 08/2018, com fundamento no **art. 57, § 4º da Lei n.º 8.666/93**, em função das seguintes justificativas:

### **1 - Prorrogação EXCEPCIONAL do Contrato n.º 08/2018**

Primeiramente, seguem as considerações e apontamentos desta unidade gestora acerca da **Prorrogação excepcional do Contrato n.º 08/2018** ([0301448](#)),

Considerando que o **Contrato n.º 08/2018** prevê expressamente a possibilidade de prorrogação, conforme dispõe a cláusula demonstrada abaixo:

### **DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**(Artigo 55, IV e art. 57, § 1º e § 3º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Este Contrato terá vigência e de execução de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, podendo ser prorrogado à critério da Administração, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93, mediante Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses.

Considerando que a possibilidade de prorrogação contratual é matéria pacífica, uma vez que a Lei nº 8.666/93, em seu art. 57, § 4º, dispõe que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração **prorrogada em caráter excepcional**, desde que o seja devidamente justificado e por autorização da autoridade superior, prorrogado por até 12 (doze) meses, conforme abaixo demonstrado:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - (...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

(...)

§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, **o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses**" (Grifo Nosso).

Considerando que a Instrução Normativa 004/2008 deste Egrégio Tribunal **determina que compete ao gestor do contrato informar à Administração, por escrito, sobre o término da vigência dos contratos**, apresentando as justificativas necessárias, de acordo com o art. 28, I, "i" que assim dispõe:

Art. 28. Compete ao gestor do contrato:

I – quando houver designação de fiscal ou comissão de fiscalização para o contrato:

(...)

i) comunicar à Administração, por escrito, sobre o término do contrato, observando o prazo de até 60 (sessenta) dias para os processos relativos à inexigibilidade e dispensa de licitação, de até 90 (noventa) dias para os relativos à licitação nas modalidades de Convite e Pregão; e de até 120 (cento e vinte) dias para os relativos à licitação nas modalidades de Tomada de Preços e Concorrência, apresentando as



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

justificativas necessárias, caso se trate da realização de nova licitação, de prorrogação do contrato ou de contratação direta;

Considerando que o aludido contrato teve o segundo TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO N. 08/2018. ([0425444](#)) o qual prorrogou o prazo de vigência do Contrato nº 08/2018 por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 21/06/2019 a 20/06/2021, conforme a previsão contratual disposta na seguinte cláusula:

### **DO OBJETO**

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

**Prorrogar** o prazo de vigência do Contrato nº 08/2018 por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 21/06/2019 a 20/06/2021; .....

Considerando que o referido contrato teve o TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO N. 08/2018 ([0696317](#)) o qual prorrogou o **prazo de vigência do Contrato nº 08/2018** (evento [0301448](#)) por mais 24 (vinte e quatro) meses, **a contar de 21/06/2021 a 20/06/2023**, conforme a previsão contratual disposta na seguinte cláusula:

### **DO OBJETO**

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo tem por objeto **prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 08/2018** (evento [0301448](#)) por mais 24 (vinte e quatro) meses, **a contar de 21/06/2021 a 20/06/2023**.

Considerando que de forma excepcional o contrato através do TERMO ADITIVO Nº N. 05 AO CONTRATO TRE-RO N. 08/2018 foi provogado a vigência do Contrato, por mais 02 (dois) meses, a contar de 21/06/2023 a 20/08/2023, conforme trecho destacado abaixo:

### **DO OBJETO**

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/1993)

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

**1) Prorrogar excepcionalmente por mais 2 (dois) meses o prazo de vigência do Contrato TRE-RO n. 08/2018, contados a partir de 21/06/2023, com prazo final em 20/08/2023**, em razão da impossibilidade de encerramento da vigência do contrato atual antes da finalização do certame referente à próxima contratação deste objeto, o qual está em andamento, conforme informado pela unidade gestora na Manifestação 14/2023/SEMAP (evento [1016471](#) do Processo Administrativo respectivo).

Considerando que o prazo de vigência do referido contrato terá sua vigência expirada na data de **20 DE AGOSTO DE 2023**.

Considerando que esta unidade gestora consultou a empresa no que diz respeito ao interesse em prorrogar o referido contrato **por mais 6 (seis) meses**, ou seja, a contar de 21/08/2023 a 20/02/2024, de acordo com o evento SEI n. [1037840](#).

Considerando que a empresa **VENTOSUL ENGENHARIA TÉRMICA LTDA** concordou pela renovação excepcional do contrato pelo prazo apresentado de 21/08/2023 a 20/02/2024, segundo evento SEI n. [1037907](#);



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Considerando a necessidade de prorrogar excepcionalmente o **Contrato n. 08/2018** para manter a continuidade dos serviços de manutenções até que o Tribunal republique o Pregão n. 13/2023 que foi suspenso em decorrência **MANIFESTAÇÃO Nº 18/2023** - **PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP (1037469)** e contrate nova empresa.

**03.** Por meio do Despacho 1614/23 ([1038377](#)), o Secretário da SAOFC determinou o envio do processo à COF para reforço da Nota de Empenho nº 2023NE000158, cuja fonte para suportar tal prorrogação está alocada na Programação Orçamentária - PRES/DG/SAOFC/COFC/SPOF ([1024717](#)), e à **SECONT**, para elaboração da minuta do termo aditivo.

**04.** Por sua vez, a SEMAP juntou a informação n. 57/2023 ([1038965](#)) ressaltando que a solicitação de cancelamento dos valores constantes da Programação Orçamentária COFC ([1024717](#)) já constava em sua manifestação pretérita ([1038965](#)).

**05.** Assim, juntou-se ao processo novo registro orçamentário ([1039637](#)), nova nota de empenho ([1040011](#)) e a minuta do Termo Aditivo n. 6/2023 ao Contrato originário para o registro da prorrogação pretendida ([1040382](#)). Dessa forma instruídos, aportaram os autos nesta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer ([1040412](#)).

**É o necessário relato.**

## **II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**06.** Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. 0001556-82.2017.6.22.8000) até a presente data.

**07.** Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

**08.** O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

**09.** A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

### **III - DA ANÁLISE JURÍDICA**

#### **3.1 Da prorrogação excepcional pretendida - Possibilidade.**

**10.** Como já relatado, a SEMAP requer a prorrogação excepcional do contrato originário pelo período de **mais 6 (seis) meses** - além dos 5 anos de sua vigência ordinária - a contar de 21/08/2023, levando seu novo termo final para 20/02/2024 em função da situação verificada, a qual, em suma, reside no prolongamento/suspensão do certame licitatório, no qual se busca uma nova contratação para o atendimento da demanda atendida atualmente pelo objeto do contato existente. Para tanto, justifica a Unidade Gestora sobre a necessidade da manutenção dos respectivos serviços no âmbito deste Tribunal.

**11.** De notar-se que, tratando-se de um serviço de natureza contínua, a Cláusula Segunda do Contrato Administrativo n. 08/2018 prevê a possibilidade de prorrogação do contrato por até 60 meses, com fundamento no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93. Veja-se:

#### **DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO**

**(Artigo 57, II e § 3º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Este Contrato terá vigência e de execução de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, podendo ser prorrogado à critério da Administração, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93, mediante Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses.

**12.** Por outro lado, a prorrogação excepcional, além dos 60 meses, justificada e pretendida pela gestão do contato tem sede na própria Lei n. 8.666/93, Veja-se:

**Art. 57.** A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

...

§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses. (sem destaques no original).

**13.** Registra-se que o fato de a regra acerca da prorrogação excepcional do ajuste não ter sido inserida no contrato originário quando de sua lavratura, de forma alguma afasta sua inteira incidência em razão de disposição expressa constante do próprio instrumento contratual e que determina a aplicação da Lei n. 8.666/93 a sua execução. Veja-se:

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - À execução do presente contrato e aos casos omissos, além das disposições previstas no Edital de Pregão respectivo e seus Anexos, aplicar-se-ão o disposto nas Leis ns. 8.666/1993 e 10.520/2002, nos Decretos Federais ns. 5.450/2005, 2.271/1997 e 3555/2000, na Resolução TSE n. 23.234/2010, na Instrução Normativa da SLTI/MPOG n. 05/2017 (e suas alterações), e, de forma subsidiária, as Leis ns. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), 5.194/1966 (Regulação do exercício de algumas profissões) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), e decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

**Subcláusula Única** - Não se aplica ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

.

**14.** Nesses termos, conclui-se pela existência de previsão legal e também contratual para o fundamento do ato, o qual, na esteira do **art. 57, § 4º, da Lei n. 8.666/93**, exige ainda justificativa e autorização pela autoridade administrativa, na forma do **Acórdão TCU n. 3389/2006 - 2º Câmara**.

**15.** Quanto ao requisito legal da justificativa em função do caráter excepcional desse elastecimento contratual, verifica-se que a unidade gestora justificou a prorrogação de maneira adequada, demonstrando a vantajosidade para a Administração por meio de pesquisa de preços em contratações similares, ainda esclarecendo que não foi possível realizar uma nova contratação previamente ao encerramento da contrato atual, em virtude do demasiado prolongamento do certame



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

licitatório que tramita no processo n. [0003649-42.2022.6.22.8000](#), no qual se busca uma nova contratação para o atendimento da demanda atendida atualmente pelo objeto do contrato existente. Por fim, a gestão do contrato pontua que com a prorrogação, será possível manter a continuidade dos serviços de manutenções.

**16.** Nesses termos, considerando ainda que há expressa concordância da empresa contratada na renovação excepcional do contrato pelo prazo indicado pela unidade gestora ([1037907](#)), que somando-se com a prorrogação excepcional já ocorrida ([1022035](#)) **não se exaure o prazo de até doze meses disposto no § 4º do artigo 57 da Lei 8.666/93**, e que foi a comprovada disponibilidade orçamentária para o custeio da despesa, conforme registrado no **item 5 deste parecer**, entende esta Assessoria Jurídica que a Administração poderá autorizar o ato excepcional com fundamento no **art. 57, § 4º, da Lei n. 8.666/93** e, lastreado ainda nas Cláusulas Segunda c/c décima sexta do contrato originário.

### **3.2 Da minuta do aditivo para registro do ato - Da manutenção do valor da garantia e da Proteção de Dados Pessoais.**

**17.** A SECONT trouxe ao processo a MINUTA DO TERMO ADITIVO N. 6 ([1040382](#)) ao Contrato Administrativo n. 08/2018 para o registro da prorrogação pretendida pela SEMAP.

**18.** Após análise de seus aspectos formais, verifica-se que o referido instrumento contempla a contento as informações necessárias e suficientes ao propósito do ato sob exame neste parecer, motivo pelo qual conclui-se que está em **conformidade** com as regras do art. 55 da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara.**

**19.** Destaca-se a ressalva trazida pela **Subcláusula Segunda da CLÁUSULA PRIMEIRA** da minuta que diz respeito ao registro da possibilidade de extinção antecipada do ajuste que se pretende prorrogar na eventual assinatura de novo contrato previamente ao prazo final da prorrogação excepcional registrada no instrumento. Sobre essa regra, deve-se alertar que a referida extinção não ocorrerá de forma automática com a verificação da condição, apenas servirá como fundamento para a rescisão que deverá ser objeto de instrumento formal de rescisão.

**20.** Por fim, verifica-se que a SECONT também inseriu na minuta a cláusula que disciplina a obrigação de apresentação de garantia contratual, exigência com expressa previsão na Subcláusulas Primeira à





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nona da CLÁUSULA SEXTA do ajuste originário. Nessa linha, deverá a contrata ser notificada para apresentar a renovação da garantia dimensionada ao novo prazo de vigência do contrato, devendo a gestão do contrato observar o seu cumprimento.

### **IV – DA CONCLUSÃO**

**21.** Ante o exposto, opina esta Assessoria Jurídica:

**a)** - Pela possibilidade jurídica de a Administração autorizar a prorrogação excepcional do Contrato n. 08/2018 pelo período de **mais 6 (seis) meses** - além dos 5 anos de sua vigência ordinária - a contar de 21/08/2023, levando seu novo termo final para 20/02/2024, com fundamento no **art. 57, § 4º, da Lei n. 8.666/93**, lastreado ainda nas Cláusulas Segunda c/c Décima Sexta do contrato originário.

**b)** - Registra-se, por oportuno, que a presente contratação encontra-se fundamentada e instruída nos moldes da **Lei n. 10.520/2002** (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da **Lei n. 8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos). Nesses termos, a **Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de Abril de 2023**, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal, estabelece que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais, veja-se:

(..)

Art. 2º Os processos licitatórios e contratações autuados e instruídos com a opção expressa de ter como fundamento a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, além do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2023, serão por eles regidos, desde que:

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023, conforme cronograma constante do Anexo, e

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou do ato autorizativo da contratação direta.

**Parágrafo único.** Os contratos ou instrumentos equivalentes e as atas de registro de preços firmados em decorrência da aplicação do disposto no caput serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.

Ademais, verifica-se que há expressa concordância da empresa contratada na renovação excepcional do contrato pelo prazo indicado pela unidade gestora ([1037907](#)) e comprovada disponibilidade



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

orçamentária para o custeio da despesa, conforme registrado no **item 5 deste parecer**

**22.** Para cumprimento do **art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93**, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da MINUTA DO TERMO ADITIVO N. 6 ao Contrato Administrativo n. 08/2018, juntada ao processo no evento ([1040382](#)), estando o instrumento apto a produzir os efeitos pretendidos pela Administração com os atos ali registrados. Enfatize-se a necessária atualização da **garantia contratual**, já sistematizada na CLÁUSULA TERCEIRA da referida minuta, com previsão na CLÁUSULA SEXTA do contrato originário.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 28/07/2023, às 16:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 28/07/2023, às 16:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1040631** e o código CRC **9FC9DC44**.

0001556-82.2017.6.22.8000

1040631v11



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0001556-82.2017.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Segunda prorrogação excepcional de contrato - Contrato n. 8/2018 - Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, do sistema de climatização.

**DESPACHO Nº 888 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular procedimento licitatório, operou-se a contratação da empresa VENTOSUL ENGENHARIA TÉRMICA LTDA. (anteriormente denominada J FECCHIO JUNIOR), inscrita no CNPJ sob o n. 24.485.960/0001-57, para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, do sistema de climatização instalados nos prédios edifício-sede e do Depósito de Urnas (Anexo II) do TRE-RO, localizados em Porto Velho-RO, dimensionada para 12 (doze) meses, a partir de 20/06/2018, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 08/2018 ([0301448](#)), atualmente em execução com termo final em 20/08/2023, conforme anotado na Cláusula Primeira do Termo Aditivo n. 05/2023 ([1022035](#)).

Por meio da Manifestação n. 19 ([1037913](#)), a unidade gestora do contrato informou a necessidade da segunda prorrogação excepcional do contrato originário pelo período de mais 6 (seis) meses - além dos 5 (cinco) anos de sua vigência ordinária - a contar de 21/08/2023, levando seu novo termo final para 20/02/2024 em função da situação verificada, a qual, em suma, reside no prolongamento/suspensão do certame licitatório, no qual se busca uma nova contratação para o atendimento da demanda atendida atualmente pelo objeto do contrato existente.

Há expressa concordância da empresa contratada na renovação excepcional do contrato pelo prazo indicado pela unidade gestora, mantendo-se o valor contratado ([1037907](#)).

À vista disso, a Secretário da SAOFC remeteu o feito à COFC para reforço da nota de empenho, a fim de suportar a execução do contrato até o período de prorrogação previsto pela unidade demandante; à SECONT para elaboração da minuta do termo aditivo; à AJSAOFC para análise e emissão de parecer jurídico, nos termos do Despacho n. 1614 ([1038377](#)).

A SEOF, em atenção ao Despacho n. 729 da COFC ([1039508](#)), juntou aos autos novo registro orçamentário (1039637) e nova nota de empenho (1040011).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A SECONT elaborou a minuta de Termo Aditivo n. 6 ao Contrato TRE-RO n. 8/2018 e remeteu à Assessoria Jurídica da SAOFC (AJSAOFC), a qual, após análise, aprovou os seus termos, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93. Ademais, a AJSAOFC opinou pela possibilidade jurídica de autorizar a prorrogação excepcional do contrato da forma pretendida, com fundamento no art. 57, § 4º, da Lei n. 8.666/93 e nas Cláusulas Segunda c/c Décima Sexta do contrato originário, com a consequente atualização da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do termo aditivo, exigência com expressa previsão na Subcláusula Primeira da Cláusula Sexta do ajuste originário ([1040631](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se nos exatos termos da AJSAOFC ([1041032](#)).

Assim instruídos, vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Primeiramente, registra-se que a presente contratação está fundamentada e instruída nos moldes da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos). Nesses termos, a Portaria SEGES/MGI n. 1.769, de 25 de Abril de 2023, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal, estabelece que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.

Como relatado, este procedimento visa à segunda prorrogação excepcional do Contrato Administrativo n. 08/2018 ([0301448](#)) pelo período de mais 6 (seis) meses, além dos 5 (cinco) anos de sua vigência ordinária, tendo em vista a ocorrência de incidente no curso do procedimento de certame para nova contratação do objeto, não sendo possível até o momento a efetivação da nova contratação pretendida, bem assim, a necessidade da Administração da continuidade da prestação dos referidos serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado deste TRE/RO, consoante justificativas da unidade demandante - SEMAP/SAOFC.

Tratando-se de serviço de natureza contínua, a Cláusula Segunda do ajuste originário prevê a possibilidade de prorrogação do contrato por até 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei n. 8.666/93. Por outro lado, a prorrogação excepcional para além



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

desse período, justificada e pretendida pela gestão do contrato, tem sede na própria Lei n. 8.666/93. Veja-se:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, **limitada a sessenta meses;** [\(Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998\)](#) (grifamos)

(...)

§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, **o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.** [\(Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998\)](#)

Compulsando os autos, verifica-se que além da necessidade de continuidade na prestação dos serviços, a unidade gestora justificou a prorrogação de maneira adequada, demonstrando a vantagem para a Administração por meio de pesquisa de preços em contratações similares, ainda esclarecendo que não foi possível realizar uma nova contratação previamente ao encerramento da contrato atual, em virtude do demasiado prolongamento do certame licitatório que tramita no processo n. 0003649-42.2022.6.22.8000, no qual se busca uma nova contratação para o atendimento da demanda.

Por outro lado, verifica-se que prorrogação excepcional pretendida fundamenta-se no art. 57, §4º, da Lei n. 8.666/93, tem previsão expressa nas Cláusulas Segunda c/c Décima Sexta do contrato originário, contando com expressa anuência da empresa contratada, bem assim, encontra-se dentro do limite temporal legal, uma vez que contabilizando o prazo da primeira prorrogação excepcional já ocorrida (1022035), com o prazo solicitado para a segunda prorrogação que se pretende, não extrapola o prazo de 12 meses previsto na legislação de regência. Por fim, encontra-se demonstrado nos autos a disponibilidade orçamentária para o custeio da despesa pretendida.

As justificativas da necessidade de continuidade dos serviços contratados, bem assim, a adequação do objeto às disposições legais e contratuais vigentes, são suficientes para respaldar o ato administrativo da prorrogação pretendida. Contudo, relativamente ao prazo da prorrogação pleiteado, assevera-se que deve ser tão somente o necessário para continuidade dos serviços enquanto tramita, em paralelo, o procedimento licitatório para nova contratação. Dessa forma, considerando que o processo licitatório encontra-se em andamento, a prorrogação do



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contrato por 4 meses, afigura-se razoável para suportar o transcurso total do processo licitatório.

Diante do exposto, considerando a delegação de competência prevista no inciso II do art. 1º da Portaria n. 66/2018/GP:

a) autorizo a prorrogação excepcional do Contrato TRE-RO n. 8/2018 ([0301448](#)), pelo período de mais 4 (quatro) meses, contados a partir do dia 21/08/2023 e término em 20/12/2023, com fulcro no art. 57, inciso II, e seu § 4º da Lei n. 8.666/93, materializada no Sexto Termo Aditivo, devendo ser alterada a minuta juntada no evento 1040382, para alterar tão somente o quantum do prazo de vigência, não sendo necessário nova submissão à AJSAOFC, tendo em vista não implicar em alteração da substância do parecer juntado ao evento [1040631](#); e

b) determino a notificação da contratada para comprovação de sua regularidade fiscal e complementação da garantia contratual no percentual de 5% (cinco por cento) do valor aditivo contratual em epígrafe, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a qual deverá ter prazo de validade durante a execução do Contrato até 03 (três) meses após o término da vigência contratual ora prorrogada, em cumprimento à obrigação imposta pela Cláusula Sexta do ajuste originário.

À SAOFC para ajuste da disponibilidade orçamentária de acordo com o prazo de 4 meses de prorrogação do referido contrato, continuidade, com vistas à prorrogação do Contrato n. 08/2018 ([0301448](#)) e ciência à contratada.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 02/08/2023, às 15:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1041277** e o código CRC **69C14F5A**.